



**UnB**

Universidade de Brasília  
Instituto de Relações Internacionais  
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
XV Curso de Especialização em Relações Internacionais

A inserção internacional do BRICS na nova ordem do século XXI

Laís Bretones de Aguiar

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção  
do título de Especialista em Relações Internacionais  
pela Universidade de Brasília.

Orientadora: Professora Doutora Cristina Y. Inoue

Brasília, 2014

Resumo:

O século XXI representa um momento de transição da ordem internacional, onde se vê o declínio hegemônico dos EUA e a ascensão de potências emergentes, como é o caso dos BRICS. Brasil, Rússia, Índia e China começaram a se articular em 2008 e em 2011 a África do Sul se juntou ao grupo. Devido a coordenação de suas políticas se tornou um mecanismo político diplomático, por meio do qual os cinco países buscam se inserirem no sistema internacional. O objetivo consiste em ganhar um papel de destaque no cenário internacional, de modo que os países do BRICS possam influenciar as decisões da política internacional. Para isso defendem a reforma geral nas Nações Unidas e buscam discutir temas da atual governança global, com o propósito de mostrarem engajamento nos novos desafios do século XXI.

Palavras-chave: BRICS, governança global e inserção internacional.

Abstract:

The 21st century is a time of transition in the international order, where we see the decline of U.S. power and the rise of emerging countries, such as the BRICS. In 2008, Brazil, Russia, India and China began to articulate together and in 2011, South Africa joined the group. Due to the coordination of their policies, it has become a diplomatic political mechanism, through which the five countries seek to insert themselves into the international system. The goal is to gain a prominent role on the international stage, so that the BRICS countries will be able to influence the decisions of international politics. They propose a general reform of the United Nations and seek to discuss topics of current global governance, in order to show their engagement in the new challenges of the 21st century

Keywords: BRICS, global governance and international integration.

## Introdução

O acrônimo BRICs foi criado pelo economista chefe da Goldman Sachs, Jim O’Neil, em 2001, num estudo conhecido como “Building Better Global Economic BRICs”<sup>1</sup>. Este conceito representava o Brasil, Rússia, Índia e China, caracterizados como economias emergentes que poderiam se destacar na economia mundial. Inicialmente, era para ser um instrumento de marketing financeiro, onde se definia uma carteira de investimentos para investidores em busca de oportunidades<sup>2</sup>. O acrônimo foi além das expectativas financeiras evoluindo para um agrupamento de países emergentes que buscam maior participação no sistema internacional. Essa evolução foi possível porque nesse período, início do século XXI, houve um relativo vácuo de poder global causado pelos novos desafios da governança global e pelas limitações dos EUA para impor sua vontade sobre as outras nações<sup>3</sup>.

Apesar de ter sido criado em 2001, foi só em 2006 que os países do BRICs começaram a se articular. No ano de 2006, houve a primeira reunião informal coordenada pelos russos, que aconteceu às margens da Assembléia Geral das Nações Unidas (AGNU). Em 2007 o encontro informal foi organizado pelos brasileiros, que também aconteceu às margens da AGNU onde se evidenciou o interesse em aprofundar o diálogo entre os países do BRICs<sup>4</sup>. Para isso detectaram a necessidade de uma reunião formal entre os chanceleres do Brasil, Rússia, Índia e China. Em maio de 2008 aconteceu a primeira reunião formal de chanceleres entre os países do BRICs. A primeira Cúpula do BRICs ocorreu em 2009, a segunda em 2010, a terceira em 2011, a quarta em 2012, a quinta e última em 2013. Os conteúdos e desdobramentos as Cúpulas serão abordados na primeira seção.

Em 2011, a África do Sul se tornou membro do grupo, passando a se chamar BRICS. De acordo com Reis<sup>5</sup>, há alguns autores que acreditam que o grupo ocupará uma posição de destaque na nova ordem multipolar do século XXI; outros perguntam

---

<sup>1</sup> Este documento completo está disponível em: <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf>

<sup>2</sup> COZENDY, Carlos M. “BRIC a BRICS em um mundo em transição” in “O Brasil e os BRICS” Brasília: FUNAG, 2012.

<sup>3</sup> SILVA, Carlos Eduardo L. “BRICS: de acrônimo esperto a fórum influente” in “O Brasil e os BRICS” Brasília: FUNAG, 2012.

<sup>4</sup> REIS, Maria Edileuza F. “BRICS: surgimento e evolução” in “O Brasil e os BRICS” Brasília: FUNAG, 2012.

<sup>5</sup> REIS, Maria Edileuza F. “BRICS: surgimento e evolução” in “O Brasil e os BRICS” Brasília: FUNAG, 2012.

qual o lugar ocupado por esses países nessa nova ordem de poder. Existem autores que não acreditam em futuro algum para os BRICs por terem cultura, história e economia diversas; já os céticos se perguntam se os BRICs realmente existem (Zaki Laïdi, 2011, Danilo Tanio, 2011 e William Waack, 2011)<sup>6</sup>. Todos esses estudos de política internacional sobre o BRICs não existem simplesmente porque o acrônimo foi criado pelo economista Jim O'Neil. O fato é que os países do grupo tornaram-se atrativos de investimentos externos e estabeleceram-se como um mecanismo político diplomático<sup>7</sup>. Segundo Reis, os estudos não se concentram em analisar economias com potencial de crescimento nas próximas décadas, mas sim no crescimento dos BRICS como um mecanismo político diplomático em um momento de redesenho na governança global.

Este artigo tem como objetivo analisar a inserção dos BRICS na nova ordem internacional. Não se busca afirmar ou refutar a idéia de existência dos BRICS como um bloco de ação conjunta, mas entender sua inserção internacional e estudar como eles tem se articulado para fazerem representar seus interesses nessa nova ordem de governança global como um mecanismo político diplomático. Para isso o artigo foi dividido em três seções. A primeira seção discute as Cúpulas dos BRICS, seus desdobramentos e uma breve comparação entre elas, a fim de visualizar e acompanhar a evolução dos assuntos das Cúpulas. A segunda seção apresenta a transição de poder e a ascensão das potências emergentes na política internacional para que então se possa entender o atual desenho da governança global. A terceira seção analisa os desdobramentos das Cúpulas dos BRICS e qual a relevância dessas decisões para a inserção internacional do grupo. Por fim, será apresentada uma conclusão sobre como os BRICS se inserem internacionalmente, tornando-se um mecanismo político diplomático.

### Seção I – As cinco Cúpulas dos BRICS e seus desdobramentos

O início do século XXI demonstrou com clareza a falta de representatividade das instituições do pós-guerra, o que já era apontado pelo Brasil e outros países de economias emergentes. Esses países defendem que as instituições internacionais,

---

<sup>6</sup> APUD. Reis, Maria Edileuza F. "BRICS: surgimento e evolução" in "O Brasil e os BRICS" Brasília: FUNAG, 2012.

<sup>7</sup> REIS, Maria Edileuza F. "BRICS: surgimento e evolução" in "O Brasil e os BRICS" Brasília: FUNAG, 2012.

políticas e econômicas carecem de legitimidade e representatividade dos interesses dos países em desenvolvimento. O interesse comum desses países abriu espaço para uma articulação e coordenação de debates a fim de buscar uma representatividade nas instituições internacionais. É nesse contexto e com essa finalidade que surgem os agrupamentos de países emergentes, como o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e as cúpulas birregionais: ASA (América do Sul-África) e ASPAS (América do Sul-Países Árabes)<sup>8</sup>. Esses agrupamentos diferem dos blocos de integração econômica, formados geralmente com base em proximidade territorial. São diferentes também dos grupos como o G4 (Brasil, Índia, Japão e Alemanha) por ter uma agenda exclusiva que trata da reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e o G20, o qual se concentra em temas da economia global. Segundo Reis, a formação dos BRICS segue os mesmos princípios do IBAS, ASA e ASPAS, pois surgem para complementar outras articulações de governança global e não para competir com elas<sup>9</sup>.

Brasil, Rússia, Índia e China começaram a se articular em 2006 numa reunião informal comandada pelos russos. Em 2007, outro encontro informal foi comandado pelos brasileiros. Somente em maio de 2008 aconteceu a primeira reunião formal de chanceleres entre os países do BRICs. O fórum de 2008 reuniu os Ministros das Relações Exteriores do Brasil, Rússia, Índia e China em Ecatimburgo na Rússia. Segundo Reis, esse primeiro encontro marcou o momento em que o BRICs deixou de ser apenas um acrônimo e se transformou em uma entidade político-diplomática<sup>10</sup>. As autoridades do BRICs procuravam nesse encontro estabelecer um mecanismo de articulação e coordenação de seus interesses para defendê-los perante instituições internacionais nessa nova governança global. O diálogo entre os países, além de se basear no respeito mútuo, se concentrou nos problemas urgentes do desenvolvimento global<sup>11</sup>.

Os países dos BRICs acordaram, no documento de Ecatimburgo, trabalhar em conjunto para fortalecer a segurança e a estabilidade internacional, apoiando a diplomacia multilateral para a resolução pacífica de conflitos, o desarmamento e a não-

---

<sup>8</sup> REIS, Maria Edileuza F. "BRICS: surgimento e evolução" in "O Brasil e os BRICS" Brasília: FUNAG, 2012.

<sup>9</sup> REIS, Maria Edileuza F. "BRICS: surgimento e evolução" in "O Brasil e os BRICS" Brasília: FUNAG, 2012.

<sup>10</sup> REIS, Maria Edileuza F. "BRICS: surgimento e evolução" in "O Brasil e os BRICS" Brasília: FUNAG, 2012.

<sup>11</sup> BRICs Foreign Ministers' Meeting - Yecaterinburg, May 16, 2008 – Joint Communiqué. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2008/05/16/brics-foreign-ministers-meeting-yecaterinburg-may/?searchterm=BRICS> Acesso em 27/08/2013.

proliferação de armas. Também reconheceram a necessidade da cooperação internacional para lidar com os assuntos referentes à segurança internacional. Condenaram veementemente o terrorismo em qualquer uma de suas formas de manifestação, afirmando ser uma das mais sérias ameaças a paz mundial e para combatê-lo enfatizaram a necessidade dos Estados-membros em cumprir as resoluções do Conselho de Segurança da ONU. No âmbito do desenvolvimento e meio ambiente, os países demonstraram preocupação com o desenvolvimento sustentável e com a ampliação do acesso as fontes energéticas e acordaram em trabalhar para que as oportunidades de desenvolvimento sejam iguais em todos os países. Enfatizaram a necessidade da cooperação internacional para enfrentar as mudanças climáticas e para alcançar as Metas do Desenvolvimento do Milênio. Em relação aos arranjos da governança global, os países do BRICs manifestaram o desejo de continuar a cooperação com o G8 e seus parceiros. Pensando na nova governança global, também apresentaram a necessidade de reforma na Organização das Nações Unidas e em seu Conselho de Segurança para torná-los mais eficiente e eficaz para os desafios globais<sup>12</sup>.

Analisando os pontos acordados entre os Ministros das Relações Exteriores do BRICs é possível notar que esses países almejam uma maior participação na governança global, principalmente no sistema ONU. A reforma do Conselho de Segurança também é outro ponto de destaque do desejo dos países do grupo. A Rússia e a China apoiaram a importância da posição do Brasil e da Índia no sistema internacional e na ONU. A partir desse primeiro diálogo entre os chanceleres ficou clara a visão da política exterior da Rússia, China, Índia e Brasil em relação ao seu posicionamento nos principais órgãos da governança global. A partir desse momento, o BRICs pode ser estudado como um grupo político-diplomático a fim de posicionar-se no sistema internacional para discutir e fazer parte das principais decisões da economia e política internacional. Essa intenção também é evidenciada no desejo em continuar a “tomar o chá”<sup>13</sup> com os países do G8.

Ainda em 2008 os chefes de Estado e de Governo do BRICs se reuniram pela primeira vez num encontro informal realizado à margem da Cúpula do G8. No final do ano de 2008 também houve o primeiro encontro entre os Ministros de Finanças do

---

<sup>12</sup> REIS, Maria Edileuza F. “BRICS: surgimento e evolução” in “O Brasil e os BRICS” Brasília: FUNAG, 2012 e BRICs Foreign Ministers’ Meeting - Yecaterinburg, May 16, 2008 – Joint Communiqué. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2008/05/16/brics-foreign-ministers-meeting-yecaterinburg-may/?searchterm=BRICS> Acesso em 27/08/2013.

<sup>13</sup> REIS, Maria Edileuza F. “BRICS: surgimento e evolução” in “O Brasil e os BRICS” Brasília: FUNAG, 2012.

BRICs. Naquele ano, Brasil, Rússia, Índia e China já trabalhavam em uma agenda econômica comum<sup>14</sup>.

### I Cúpula dos BRICs - Ecaterimburgo

A Primeira Cúpula dos BRICs, em 2009, ocorreu sob os impactos da crise financeira de 2008, logo os temas discutidos na cúpula se concentraram, principalmente, em questões econômicas. Nesse sentido, na primeira Cúpula, os chefes de Governo e de Estado dos BRICs afirmaram a importância do G20 para lidar com a crise financeira, mencionando que o grupo tem encorajado a cooperação, a coordenação de políticas e o diálogo em relação a assuntos financeiros e econômicos e que os organismos internacionais deveriam implementar as suas decisões<sup>15</sup>. Ainda sob o aspecto econômico, os países afirmaram que a cooperação para o comércio internacional e os investimentos estrangeiros seriam uma alternativa para a recuperação da economia. Os países mais pobres também foram severamente atingidos pela crise e, segundo os BRICs, a comunidade internacional deveria providenciar recursos financeiros para que eles possam se reestruturar. A cooperação internacional também aparece como alternativa para o desenvolvimento de pesquisas e tecnologia avançada. No âmbito do desenvolvimento sustentável, o BRICs reafirmou o posicionamento que teve na reunião de 2008, defendendo a cooperação no campo de energia, a diversificação das fontes de recursos energéticos com o fim de promover o desenvolvimento sustentável e o respeito aos acordos multilaterais para mudanças no meio-ambiente. Mais uma vez, condenou o terrorismo sob todos os aspectos. O BRICs se comprometeu em avançar ainda mais a discussão sobre as reformas das instituições financeiras internacionais, como na ONU em geral, a fim de torná-la mais eficiente frente aos desafios globais. Enalteceu a diplomacia multilateral e apoiou as aspirações de Brasil e Índia em desempenhar um papel mais relevante nas Nações Unidas.

A partir desta primeira Cúpula é perceptível o interesse dos países do BRICs na reforma das instituições financeiras internacionais e também da ONU. Sacudidos pela

---

<sup>14</sup> REIS, Maria Edileuza F. "BRICS: surgimento e evolução" in "O Brasil e os BRICS" Brasília: FUNAG, 2012.

<sup>15</sup> Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo dos BRICs – Ecaterimburgo, 16 de junho de 2009 – Declaração Conjunta. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/06/17/cupula-dos-chefes-de-estado-e-de-governo-dos-brics> Acesso em 01/09/2013.

crise de 2008 o tema financeiro foi bastante discutido na Cúpula de 2009. Como mencionado acima os países dos BRICs mostraram, mais uma vez, o grande interesse em ter mais representação nas instituições internacionais.

## II Cúpula dos BRICs – Brasília

Em 16 de abril de 2010 foi realizada a II Cúpula dos BRICs em Brasília. Nessa ocasião os líderes de Estado discutiram a situação econômica internacional, a reforma das instituições financeiras, o G-20 como mecanismo financeiro, a cooperação no âmbito dos BRICs e temas relacionados à governança global<sup>16</sup>. Ao final da Cúpula os países reconheceram que a recuperação da economia ainda não se encontrava sólida, e que era necessário a cooperação macroeconômica entre os Estados e a estabilidade das políticas fiscais para o fortalecimento da economia mundial. Exaltaram a necessidade de reforma nas instituições de Bretton Woods, onde o Banco Mundial e o FMI teriam que resolver os seus déficits de legitimidade. Isso demonstra os anseios dos países emergentes, prioritariamente os BRICs, em participar ativamente do crescimento econômico. Também se mostraram interessados na cooperação intra BRICs para facilitar o comércio e os investimentos. No âmbito do comércio internacional, os BRICS ressaltaram a importância do sistema multilateral de comércio, representado pela Organização Mundial do Comércio, e condenaram todas as formas de protecionismo. Como parceiros, apoiaram a candidatura da Rússia de adesão a OMC.

Segundo os BRICs, os países em desenvolvimento foram os mais afetados pela crise econômica, e a ajuda dos países desenvolvidos é fundamental para o alcance dos objetivos do milênio. Os BRICs também pediram que a Comunidade Internacional não medisse esforços para combater a pobreza, a exclusão social e a desigualdade, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos menos desenvolvidos e países africanos. Além de se comprometerem em ajudar a reconstrução do Haiti. Os países do BRICs concordam que a cooperação internacional é uma alternativa para o desenvolvimento. Destacaram a cooperação internacional na área de agricultura familiar, tema discutido na reunião entre Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, na área

---

<sup>16</sup> II Cúpula BRIC – Brasília, 16 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2010/04/13/ii-cupula-bric-brasilia-16-de-abril-de-2010/?searchterm=BRIC>  
Acesso em 13/10/2013.

energética, incentivando o uso de biocombustíveis, e na área técnica financeira, como meio de alcançar o desenvolvimento social sustentável.

O tema mais discutido na comunidade internacional foi também o principal assunto dos BRICs, os desafios da governança global. Os países do grupo compartilham a idéia de que o mundo está passando por grandes mudanças e destacam a necessidade de transformações correspondentes a tais mudanças na governança global. Assim, enfatizaram o apoio a uma ordem multipolar, equitativa e democrática, baseada no direito internacional, na igualdade, no respeito mútuo e na cooperação. Destacaram o G20 como principal agrupamento de coordenação econômica internacional, sendo fundamental no combate a crise de 2008. Novamente, manifestaram a necessidade de uma reforma abrangente na ONU, a fim de torná-la mais representativa e eficaz. Os países do BRICs acreditam que a cooperação e o diálogo entre eles favoreçam não apenas os países emergentes, mas também a construção de um mundo mais harmonioso. Em relação à segurança internacional, manifestaram repúdio ao terrorismo e apoiaram a Convenção Global da ONU sobre terrorismo internacional<sup>17</sup>.

O grande destaque dessa Cúpula foi o crescimento da cooperação intra-BRICs via iniciativas setoriais. Entre outros eventos, ocorreu o I encontro entre Ministros da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, Reuniões de Ministros das Finanças e Governadores dos Bancos Centrais, Reuniões de Altos Representantes para questões de segurança, I Programa de Intercâmbio de Magistrados e Juízes, I Encontro de Bancos de Desenvolvimento, I Encontro dos Chefes de Instituições Nacionais de Estatística, I Encontro de Cooperativas, I Fórum de Negócios e a Conferência de *think tanks*. Todos esses encontros tiveram data em 2010<sup>18</sup>.

Essas iniciativas de cooperação contribuem para aprofundar o diálogo e a interação contínua entre os países do BRICs. O Fórum Empresarial tem contribuído para proporcionar o contato entre empresários e líderes políticos do BRICs, o que tem incentivado o comércio entre esses países. Em 2002 o comércio entre o BRICs e o resto

---

<sup>17</sup> Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo dos BRICs – Ecaterimburgo, 16 de junho de 2009 – Declaração Conjunta. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/06/17/cupula-dos-chefes-de-estado-e-de-governo-dos-brics> Acesso em 01/09/2013.

<sup>18</sup> 2nd BRIC Summit of Heads of State and Government: Joint Statement. University of Toronto. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/100415-leaders.html> Acesso em 01/09/13 e REIS, Maria Edileuza F. “BRICS: surgimento e evolução” in “O Brasil e os BRICS” Brasília: FUNAG, 2012.

do mundo era em torno de 1 trilhão de dólares e em 2010 esse valor subiu para 4,6 trilhões<sup>19</sup>. O comércio entre os BRICs em 2002 representava 27 bilhões de dólares e em 2010 foi de 220 bilhões de dólares. Em 2003 o comércio entre o Brasil e os BRICs era de 10 bilhões de dólares e em 2011 era de 96 bilhões<sup>20</sup>. Entre 2003 e 2010 o crescimento do BRICs representou 40% da expansão do PIB mundial<sup>21</sup>. O comércio entre os BRICs aumentou significativamente entre os anos de 2002 e 2010 e podemos relacionar esse aumento com a cooperação, o diálogo e a interação desses países após 2006, ano em que o BRICs começa a se articular. Neste encontro em 2010 também foi tomada a decisão de se reunirem anualmente, e nesta ocasião a Índia se ofereceu para sediar a Cúpula em 2012.

### III Cúpula do BRICS – Sanya

A terceira Cúpula dos BRICS reuniu os líderes políticos em Sanya na China, no dia 14 de abril de 2011. Esta Cúpula oficializou o ingresso da África do Sul ao agrupamento. Segundo Antonio Patriota, o ingresso desse país ampliou a representatividade geográfica do agrupamento, pois encontram-se representantes de quatro continentes<sup>22</sup>. Reis afirma que além da maior representatividade geográfica, nesse momento o agrupamento se consolidou como um mecanismo político-diplomático<sup>23</sup>.

Na Cúpula de Sanya, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, mais uma vez, destacaram como a cooperação intra BRICS e entre outros países é uma importante alternativa para o desenvolvimento comum. Também acreditam na cooperação na área de meio ambiente, onde se demonstram preocupados com as mudanças climáticas, e na área econômica. O grupo entende que as principais economias devem continuar a coordenação da política macroeconômica para alcançar um desenvolvimento

---

<sup>19</sup> REIS, Maria Edileuza F. “BRICS: surgimento e evolução” in “O Brasil e os BRICS” Brasília: FUNAG, 2012.

<sup>20</sup> REIS, Maria Edileuza F. “BRICS: surgimento e evolução” in “O Brasil e os BRICS” Brasília: FUNAG, 2012

<sup>21</sup> III Cúpula dos BRICS – Sanya, 14 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/iii-cupula-do-brics-sanya-14-de-abril-de-2011/?searchterm=BRICS>

Acesso em 01/09/2013.

<sup>22</sup> Avaliação do ex chanceler Antonio Patriota sobre a reunião dos BRICS em Sanya. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Wrvxa-leBJ0> Acesso em 15/10/2013.

<sup>23</sup> REIS, Maria Edileuza F. “BRICS: surgimento e evolução” in “O Brasil e os BRICS” Brasília: FUNAG, 2012.

sustentável. Através da cooperação econômica, os BRICS ainda se declaram como ‘contribuintes’ desse crescimento e se propõem a expandir a cooperação social, política e entre produtores de commodities. Os BRICS, novamente, consideram que o G20 é o principal fórum para a cooperação econômica internacional e para a governança econômica global. Nota-se que os BRICS se afirmam como ‘principais economias’ e ressalta a importância da articulação do G20 para os novos desafios impostos pela governança global.

As reformas das instituições internacionais, mais uma vez, estiveram presentes nas discussões de Cúpula. Os Chefes de Estado reiteraram a necessidade de uma rápida reforma no Fundo Monetário Internacional, pois a gestão das instituições financeiras internacionais deve refletir as mudanças da economia mundial. Assim, os países em desenvolvimento teriam mais voz. A reforma proposta ao sistema monetário internacional é um amplo sistema de moeda de reserva internacional para proporcionar estabilidade. Os BRICS destacaram a presença dos cinco países no Conselho de Segurança das Nações Unidas no ano de 2011 como uma importante contribuição para as discussões de segurança e paz desse Conselho, a exemplo das questões da Líbia<sup>24</sup>. Pela primeira vez assinaram um documento de Cúpula onde concordaram com a rápida necessidade de reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Sobre segurança, voltaram a condenar todas as formas de terrorismo e mostraram interesse em continuar as discussões sobre a situação da Líbia. Também são a favor do desenvolvimento seguro para fins pacíficos da energia nuclear. Assim como nas outras Cúpulas, os BRICS, agora com a África do Sul, voltaram a apoiar o ingresso da Rússia a OMC, o desenvolvimento de energia renovável e as Metas de Desenvolvimento Sustentável.

Os países dos BRICS, novamente, discutiram os assuntos da nova governança global e reafirmaram a necessidade de reforma no Conselho de Segurança e no Fundo Monetário Internacional. Na visão dos BRICS isso seria necessário para se enquadrar as mudanças globais. Esta terceira Cúpula avançou em dois pontos centrais dos debates desde 2009: a coordenação de interesses comuns de foros multilaterais, como o G-20, e o fortalecimento da agenda de cooperação intra-BRICS<sup>25</sup>. Por serem países produtores

---

<sup>24</sup> REIS, Maria Edileuza F. “BRICS: surgimento e evolução” in “O Brasil e os BRICS” Brasília: FUNAG, 2012.

<sup>25</sup> REIS, Maria Edileuza F. “BRICS: surgimento e evolução” in “O Brasil e os BRICS” Brasília: FUNAG, 2012.

de commodities, a agricultura foi um dos temas centrais na agenda de cooperação internacional. No dia 30 de outubro de 2011 foi realizada a II Reunião dos Ministros de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário dos BRICS; no dia 29 de outubro a II Reunião de Cooperação Agrícola; e do dia 03 a 06 de agosto, houve o Encontro do Grupo de Trabalho de Especialistas em Agricultura. A cooperação também se intensificou nos temas de economia, política, saúde, ciência e tecnologia. Outros importantes encontros dos BRICS foram a VI Reunião de Chanceleres do BRICS em paralelo a 66ª AGNU, em Nova York no dia 23 de setembro; a Reunião dos Ministros e Presidentes de Bancos Centrais dos BRICS à margem da reunião anual do FMI e BIRD, em Washington no dia 22 de setembro; Reunião dos Ministros de Comércio do BRICS onde se discutiu os rumos da rodada de Doha, em Sanya, no dia 13 de abril; II Seminário de *think tanks* do BRICS, em Pequim no dia 24 e 25 de março<sup>26</sup>.

Também nesta III Cúpula, os países do BRICS insistiram na importância dos cinco países como membros do Conselho de Segurança. A Reunião de Chanceleres aprofundou o diálogo entre os cinco países, principalmente sobre a democratização do sistema internacional. Nessa oportunidade foram discutidas as questões da Síria, Líbia e Oriente Médio, ressaltando a importância do Conselho de Segurança como responsável pela manutenção da segurança e da paz.

#### IV Cúpula do BRICS – Nova Delhi

A quarta Cúpula do BRICS teve lugar em Nova Delhi no dia 29 de março de 2012 e teve como título: “Parceria do BRICS para a estabilidade global, segurança e prosperidade”. Na ocasião, o ponto central de discussão foram os mecanismos para o aprimoramento da governança global, com o objetivo de dar mais legitimidade às instituições internacionais. Os países do BRICS reiteraram o compromisso com a diplomacia multilateral da ONU, a qual representa um papel central frente aos desafios da governança global. Nesse sentido, reafirmaram a necessidade de uma reforma abrangente nas Nações Unidas, inclusive no Conselho de Segurança. Os BRICS anseiam serem membros permanentes do CSNU, confirmando o compromisso com as

---

<sup>26</sup> Eventos no âmbito dos BRICS – de 2006 a 2013. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/eventos-bric-2006-a-2010/?searchterm=BRICS> Acesso em 13/09/2013.

questões de paz e segurança internacional. Também pediram por uma reforma nas instituições financeiras internacionais a fim de fortalecer as políticas de cooperação e a promoção do desenvolvimento dos mercados financeiros globais e dos sistemas bancários. Outra reforma defendida pelos BRICS é a do Banco Mundial, que deve refletir a visão de todos os seus membros, inclusive dos países em desenvolvimento. Segundo os BRICS, a ampliação da representação de países emergentes nas instituições de governança global facilitará o trabalho conjunto com países desenvolvidos e promoverá o progresso econômico, social e a paz mundial.

A segurança internacional foi tema bastante discutido, devido a aspiração ao CSNU. Os cinco países declararam a importância da paz e da segurança internacional no Oriente Médio, no Norte da África e na Síria<sup>27</sup> para a comunidade internacional. Também defenderam o maior envolvimento do Conselho para a resolução do conflito árabe-israelense. O programa nuclear iraniano também foi alvo de preocupação dos BRICS, os quais enxergam no Irã um país crucial para o desenvolvimento pacífico da região. Apesar do receio, reconhecem o direito iraniano de trabalhar com um programa nuclear pacífico, de acordo com o Conselho de Segurança e a Agência Internacional de Energia Atômica. Para os BRICS, a situação no Afeganistão também é sensível, pois o país necessita de assistência ao desenvolvimento, acesso preferencial aos mercados internacionais, investimentos estrangeiros e uma ação internacional que promova a paz e a estabilidade na região, tornando-o um país pacífico, democrático e livre do terrorismo.

Brasil, Índia, China e África do Sul congratularam a Rússia por sua adesão a Organização Mundial do Comércio, o que, segundo eles, torna a Organização mais representativa e fortalece o sistema multilateral de comércio. A intensificação do fluxo de comércio e investimentos intra BRICS foi a alternativa para se alcançar o desenvolvimento industrial e a geração de empregos. A grande novidade desta Cúpula talvez seja a intenção de criar um Banco de desenvolvimento dos BRICS. Essa instituição se voltaria para a mobilização de recursos para a infra-estrutura e desenvolvimento sustentável nos próprios BRICS, economias emergentes e em desenvolvimento, promovendo o crescimento e o desenvolvimento internacional.

---

<sup>27</sup> No documento oficial da Cúpula, os BRICS assumem o objetivo facilitar um processo político inclusivo conduzido pela sociedade síria.

Outro tema bastante discutido na Cúpula foi a situação econômica. Os BRICS criticaram a política econômica dos países desenvolvidos, pois acreditam que as suas ações econômicas geram a liquidez excessiva e a alta volatilidade no fluxo de capital, o que afeta os preços das commodities. Por isso são a favor da regulamentação aperfeiçoada dos mercados de produtos base, pois além de evitar a volatilidade dos preços, não desestabiliza o suprimento de energia e alimentos, o que colocaria em risco a recuperação econômica mundial. Novamente, afirmaram que o G20 tem o papel central na coordenação das políticas macroeconômicas, permitindo uma recuperação econômica internacional que assegure a estabilidade financeira. Para as economias emergentes, os BRICS defendem como alternativa de recuperação da crise a ampliação dos recursos para o financiamento do desenvolvimento e a redução dos custos de empréstimos.

Os cinco países reiteraram a relevância da cooperação internacional para os novos desafios da governança global. Acreditam que o Banco Mundial deveria evoluir de uma instituição que promova a cooperação Norte-Sul para uma instituição de parcerias igualitárias e equilibradas. Essa política incorporaria a temática do desenvolvimento, deixando de lado o ultrapassado conceito doadores-receptores. Em relação ao meio ambiente o discurso do BRICS permaneceu o mesmo: a preocupação com o desenvolvimento sustentável e as mudanças climáticas, as quais se encontram num ponto de maior relevância pela proximidade da Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável e da Conferência das Partes sobre Diversidade Biológica, realizadas no Brasil e no Japão; da Cúpula do G-20 no México; da 8ª Conferência Ministerial da OMC<sup>28</sup>.

Sem diferir do que vem sendo discutido nas Cúpulas anteriores, no IV encontro dos Chefes de Estado e Governo do BRICS também se dedicou grande importância para a agenda econômica. Isso se deve ao fato que a crise da zona do euro já afeta os países em desenvolvimento e os países emergentes. A crise econômica é um dos grandes desafios da governança global e em 2012 isso foi confirmado pelos BRICS. Nesse sentido, insistiram na reforma das instituições financeiras da ONU. Outros desafios da

---

<sup>28</sup> Fourth BRICS Summit: Delhi Declaration. University of Toronto. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/120329-delhi-declaration.html> Acesso em 13/09/2013.

governança global como o desenvolvimento sustentável, terrorismo, conflitos no Oriente Médio e Norte da África, programa nuclear iraniano, foram pontos convergentes da agenda do BRICS. Os cinco países tentam aumentar a sua participação no sistema internacional através de interesses comuns deles e de outros países. Outro ponto pauta dessas discussões foi o papel dos cinco países na retomada do crescimento mundial, o que deu grande destaque ao grupo, pois se consideram fundamentais para o crescimento econômico mundial.

### V Cúpula - Durban

A quinta Cúpula dos BRICS ocorreu nos dias 26 e 27 de março de 2013 em Durban na África do Sul. Essa reunião trouxe resultados bastante expressivos em relação às anteriores. “BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização” foi o tema da V Cúpula, cujos debates giraram em torno da promoção do desenvolvimento e da reforma das instituições de governança global. Nesta V Cúpula deu-se início as negociações para a criação de um Banco de Desenvolvimento dos BRICS voltado para o financiamento de projetos de infraestrutura e industrialização, cuja idéia surgiu na IV Cúpula. Em março de 2012, os cinco chefes de Estado orientaram os ministros de Finanças para que estudassem a viabilidade de um novo banco de desenvolvimento para a mobilização de recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável no BRICS e em outras economias emergentes, com o objetivo de suplementar os esforços existentes das instituições financeiras multilaterais e regionais. Seguindo o relatório dos ministros, os líderes colocaram que o estabelecimento do banco era possível e viável e concordaram em estabelecer o novo banco de desenvolvimento. Eles afirmavam na declaração que a contribuição inicial de capitais para o banco deveria ser substancial e suficiente para que o banco fosse efetivo no financiamento da infraestrutura<sup>29</sup>.

Os BRICS se encontraram com líderes africanos para a parceria “Liberando o potencial africano: a Cooperação entre os BRICS e a África em infraestrutura”. Naquele

---

<sup>29</sup> BRICS Policy Center. Artigo: V Cúpula do BRICS Durban. Disponível em: <http://bricspolicycenter.org/homolog/arquivos/vcupulabrics.pdf> Acesso em 01/12/2013.

momento, os países do agrupamento reafirmaram a necessidade da cooperação com países emergentes e em desenvolvimento.

A V Cúpula avançou em questões-chaves que já estavam presentes nas Cúpulas anteriores, com detalhe para o incremento de assuntos prioritários para a África do Sul, como a infraestrutura africana, a integração regional e o lançamento formal dos trabalhos objetivando a criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS. A agenda também incluiu temas de crescimento econômico, geração de empregos e segurança internacional. Ao final da Cúpula os países dos BRICS emitiram uma declaração na qual afirmaram que a V Cúpula concluía o primeiro ciclo de Cúpulas dos BRICS. Esse ciclo foi composto por cinco Cúpulas realizadas em cada Estado membro, onde reafirmaram o compromisso com o direito internacional, o multilateralismo e o papel central nas Nações Unidas<sup>30</sup>.

O BRICS reiterou a importância de uma reforma abrangente nas Nações Unidas, bem como no Conselho de Segurança para torná-lo mais representativo, eficaz e eficientemente capaz de responder aos novos desafios globais. Rússia e China reafirmaram a importância que atribuem ao Brasil, à Índia e à África do Sul nos assuntos internacionais e nas suas aspirações nas Nações Unidas. Também pediram pela reforma nas instituições financeiras internacionais e se demonstraram preocupados com a lenta reforma no Fundo Monetário Internacional. Segundo o BRICS, há a necessidade de se implementar a reforma acordada em 2010, a qual se refere à Governança e as Quotas do FMI. O grupo exaltou os esforços da Presidência russa no G20 para aumentar o financiamento dos investimentos e para assegurar a sustentabilidade da dívida pública, com vistas a garantir o crescimento econômico equilibrado. Alguns temas discutidos em Cúpulas anteriores também estiveram presentes na última reunião. O grupo se mostrou mais engajado nas resoluções de conflitos internacionais, demonstrando que a segurança internacional é uma das principais questões da agenda do BRICS<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> V Cúpula do BRICS - Durban, 27 de março de 2013 - BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização - Declaração de e-Thekwini. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013-declaracao-de-ethekwin> Acesso em 01/11/2013.

<sup>31</sup> V Cúpula do BRICS - Durban, 27 de março de 2013 - BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização - Declaração de e-Thekwini. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013-declaracao-de-ethekwin> Acesso em 01/11/2013.

A V Cúpula também foi marcada pela celebração, entre Bancos de Exportação-Importação (EXIM) e Bancos de Desenvolvimento dos BRICS, do “Acordo Multilateral sobre Cooperação e co-financiamento para o Desenvolvimento Sustentável” e do “Acordo Multilateral sobre co-financiamento de Infraestrutura para a África”. É perceptível, pelas declarações de Cúpulas, algum avanço nas discussões de temas correntes, como a segurança internacional, desenvolvimento sustentável, reforma das instituições internacionais, comércio internacional. Na quinta declaração pode-se perceber mais articulação e coordenação dos países do BRICS em convencer a comunidade internacional de que as participações do Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul são fundamentais para o desenvolvimento.

“Nós nos reunimos em um momento que exige que consideremos questões de interesse mútuo e de importância sistêmica, a fim de compartilhar preocupações e desenvolver soluções duradouras. Temos o objetivo de desenvolver progressivamente o BRICS em mecanismo completo de coordenação presente e de longo prazo, sobre ampla gama de questões-chave da economia e da política mundiais. A atual arquitetura de governança global é regulada por instituições que foram concebidas em circunstâncias em que o panorama internacional em todos os seus aspectos era caracterizado por desafios e oportunidades muito diversos. À medida que a economia global se transforma, estamos comprometidos a explorar novos modelos e enfoques com vistas ao desenvolvimento mais equitativo e crescimento global inclusivo por meio da ênfase em complementaridades e a partir de nossas respectivas bases econômicas.”<sup>32</sup>

---

<sup>32</sup> V Cúpula do BRICS - Durban, 27 de março de 2013 - BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização - Declaração de e-Thekwini. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013-declaracao-de-ethekwi> Acesso em 01/11/2013.

## Seção II – Transição de poder no pós-guerra fria e a ascensão das potências emergentes

A ordem bipolar representava o arranjo internacional vigente durante o período da Guerra Fria. Estados Unidos e União Soviética eram as duas potências que estavam à frente dessa bipolaridade. O colapso da Guerra Fria pôs fim ao modelo bipolar e trouxe um modelo multipolar, cujo arranjo era representado por uma tríade – EUA, União Européia e Japão. Segundo Joseph Nye<sup>33</sup>, o poder global na era da informação encontra-se distribuído em um complexo tridimensional que se assemelha a um jogo de xadrez. No topo do tabuleiro, o poder militar ainda é incontestavelmente unipolar e os EUA detêm essa primazia. No meio do tabuleiro, o poder econômico se torna multipolar há mais de uma década (antes mesmo da crise de 2008), com os EUA, Europa, Japão e China como os principais *players*. Outros países também veem ganhando importância econômica. Na parte baixa do tabuleiro têm-se as relações transnacionais que atravessam fronteiras fora do controle dos governos. Isso inclui as transferências bancárias de fundos, os terroristas que transferem armas, os hackers que ameaçam a segurança cibernética e as ameaças como pandemias e as mudanças climáticas. Nesse último nível o poder é amplamente difundido, tornando-se inviável conceituar como multipolar, unipolar ou hegemônico<sup>34</sup>.

O conceito de hegemonia pode ser definido em termos de recursos de um país e em termos de comportamento, nesse caso como o país influencia o resto do mundo. No entanto, mensurar os recursos disponíveis não é equivalente a mensurar o comportamento<sup>35</sup>. Em relação aos recursos bélicos dos EUA vê-se uma hegemonia, porém, quanto ao comportamento, essa hegemonia não é tão superior. Após a Segunda Guerra Mundial, os EUA se destacaram como uma hegemonia pelo seu poder econômico e pelo poderio bélico, por outro lado, foram incapazes de evitar a ascensão da China, o comunismo na Europa Oriental, o impasse na Guerra da Coreia ou mesmo desestabilizar o regime comunista de Castro em Cuba. Essa incapacidade demonstra que a esmagadora superioridade dos EUA, vista nos recursos do país, não é a mesma vista

---

<sup>33</sup> NYE, Joseph S. “The Twenty-First Century Will Not Be a “Post-American” World”. Harvard University, 2012.

<sup>34</sup> NYE, Joseph S. “The Twenty-First Century Will Not Be a “Post-American” World”. Harvard University, 2012.

<sup>35</sup> NYE, Joseph S. “The Twenty-First Century Will Not Be a “Post-American” World”. Harvard University, 2012.

sob o comportamento. O poder que os EUA têm de influenciar outros países não é o mesmo que o poder econômico e militar<sup>36</sup>. Para Joseph Nye “Hegemony is often illusory” e seria um exagero pensar que os EUA teriam ampla superioridade nos recursos de poder para sempre.

Os autores contemporâneos afirmam que uma hegemonia é estruturada sob a base de três pilares: a centralidade econômica, o *soft power* e o *hard power*. A estrutura hegemônica ao difundir o seu modelo de acumulação econômica, baseado em seus interesses, acaba também por saturá-lo. Isso acontece devido à grande expansão financeira que gera mais capital disponível do que mercados para absorvê-lo. No momento em que a centralidade econômica de um Estado hegemônico encontra-se em crise, o seu *soft power* também é afetado. A crise econômica obriga o hegemônio a agir “contra” as instituições que ele mesmo criara para proteger os seus interesses. Com a economia em declínio, os países tendem a investir em *hard power* para que sua hegemonia seja mantida. Essa política acaba por deteriorar ainda mais a economia e a imagem de liderança consensual e benéfica<sup>37</sup>. A centralidade econômica e o *hard power*, de uma forma representa os recursos econômicos, bélicos, populacional do hegemônio e o comportamento está relacionado ao *soft power*. À medida que o poder hegemônico entra em crise, outras potências mundiais estão em ascensão.

O “declínio da hegemonia” norte americana é usualmente comparada ao mesmo fato ocorrido com o Império Romano e com a Inglaterra. A explicação para uma hegemonia em declínio pode ser encontrada no absoluto declínio em caso de decadência ou no declínio relativo do poder. Esse último se relaciona com o crescimento dos recursos de poder de outros Estados, ou com a utilização eficaz dos recursos existentes<sup>38</sup>. A riqueza de um Estado, que é dos tipos de recurso de poder, esta em transição do ocidente para o oriente, e no século XXI resultou na ascensão de potências emergentes, a exemplo da China e Índia. Há mais de uma década, tem-se a visão de que

---

<sup>36</sup> NYE, Joseph S. “The Twenty-First Century Will Not Be a “Post-American” World”. Harvard University, 2012.

<sup>37</sup> HENDLER, Bruno. “Potências emergentes e hegemonias em crise: uma análise das relações causais no passado e possíveis analogias com o presente.” Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000122011000100037&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000122011000100037&script=sci_arttext) Acesso em 10/11/2013.

<sup>38</sup> NYE, Joseph S. “The Twenty-First Century Will Not Be a “Post-American” World”. Harvard University, 2012.

a China é um ator capaz de balancear ou talvez de até superar o poderio americano. Apesar de o PIB Chinês ter superado o dos EUA, a economia da China não é tão competitiva quanto a Americana, pois os chineses ainda enfrentam problemas demográficos e de desenvolvimento. As taxas de crescimento chinês estão ficando cada vez mais próximas com o crescimento americano. Houve um aumento nos recursos de poder da China e uma mudança eficaz na maneira como são utilizados, já de outro lado, um relativo declínio de poder dos EUA. O desenvolvimento político é um dos empecilhos para que a China supere os americanos como o país mais poderoso.

O fim da Guerra Fria teve papel fundamental na mudança da agenda internacional, pois trouxe prioridade para diversas questões. O fim da disputa leste-oeste pôs fim aos típicos jogos de poder da Guerra Fria. As ações de um Estado não são mais projetadas exclusivamente para desestabilizar governos simpatizantes de um dos lados leste-oeste. Na agenda internacional do XXI não há a separação entre *low politics* e *high politics* e novos temas são priorizados nas discussões como meio-ambiente, narcotráfico, competitividade internacional, direitos humanos. A segurança internacional não deixou de ser assunto de destaque na agenda internacional, mas agora aparece atrelada a esses novos temas. Essa nova agenda internacional é discutida com o objetivo de criar novas alianças, deixando de lado a disputa entre dois pólos<sup>39</sup>.

O colapso de uma determinada ordem mundial está relacionada ao enfraquecimento das estruturas existentes, garantidas pelo poder hegemônico, e à ascensão de novas estruturas que buscam um novo arranjo sistêmico. O BRICS se apresenta como um agrupamento em ascensão que questiona as estruturas vigentes, e de certo modo, defende um arranjo sistêmico que dê aos países em desenvolvimento uma maior participação internacional. O fim do arranjo bipolar proporcionou a competição entre atores internacionais, que anseiam por um papel relevante no sistema internacional, configurando um sistema multipolar. A ordem multipolar, arranjo característico do pós Guerra Fria, trouxe novos desafios para o sistema internacional. Tais desafios representam a relevâncias dos temas de direitos humanos,

---

<sup>39</sup>SATO, Eiiti. "A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções".

Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003473292000000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292000000100007&lng=pt&nrm=iso)  
Acesso em 10/11/2013.

desenvolvimento sustentável, meio ambiente, comércio internacional, tecnologia para a comunidade internacional. Essas questões não são mais restritas ao debate nacional ou regional, elas demandam mobilização internacional. Ao contrário do modelo bipolar, onde somente os EUA e a Rússia eram atores relevantes nos jogos de poder, a multipolaridade traz consigo a ascensão de diversos atores internacionais, como os Estados Emergentes. Além dos Estados, as instituições internacionais, as relações transnacionais, as organizações não-governamentais, os grupos terroristas, os grupos religiosos e até o indivíduo são atores no sistema internacional. Todos com seus respectivos recursos de poder.

A relação entre uma ordem hegemônica em crise e a ascensão de novas potências é um fato presente da história moderna e contemporânea. Atualmente, os EUA enfrentam uma crise em seus pilares hegemônicos, o que proporciona a ascensão de países emergentes no cenário internacional que buscam um novo arranjo nas instituições vigentes. A China é uma das grandes potências em ascensão capaz de desestabilizar ainda mais a hegemonia norte-americana e influenciar as novas regras na governança global. Além da China, outros emergentes como o Brasil, Rússia, Índia e África do Sul tendem a aumentar a sua influência regional e participar mais ativamente nas discussões das instituições multilaterais. As reservas energéticas da Rússia permitem que o país se destaque nas questões de segurança juntamente com os EUA e a China. Por outro lado, o Brasil, Índia e África do Sul são países que lideram os processos de integração regional, e sob o discurso de representarem os interesses de suas respectivas regiões, eles buscam um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas<sup>40</sup>. Esses países emergentes são considerados importantes *players* nos assuntos da agenda internacional do século XXI, como o meio-ambiente, direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

A instabilidade no sistema internacional gerada pelo declínio hegemônico provoca um *gap* na governança global e permite que os emergentes, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul se articulem para se inserirem no sistema internacional como *global*

---

<sup>40</sup>HENDLER, Bruno. "Potências emergentes e hegemonias em crise: uma análise das relações causais no passado e possíveis analogias com o presente." Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000122011000100037&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000122011000100037&script=sci_arttext) Acesso em 10/11/2013.

*players*. Os países dos BRICS buscam reestruturar a ordem internacional e suas instituições, que segundo eles já não representam os interesses da agenda internacional do século XXI. Este século é marcado pela transição de poder, pelo fim da ordem bipolar, pelo declínio hegemônico dos EUA e pela ascensão dos países emergentes, a exemplo dos BRICS. Os novos temas da agenda internacional do século XXI sempre foram objetos de discussão nas cinco Cúpulas do BRICS, que têm se mostrado cada vez mais interessados em se articularem para incluir seus interesses nos debates internacionais.

### Seção III – A inserção internacional do BRICS

O momento de transição do século XXI mostra o declínio hegemônico dos EUA e a ascensão de potências emergentes. Destacam-se os países do BRICS como os grandes emergentes. O fato é que o grupo não foi inicialmente articulado pelo interesse de seus governos. De 2001 a 2005 a sigla BRICs (a África do Sul não era parte do grupo) representava apenas um acrônimo para investidores financeiros, criado por um economista que buscava oportunidades de investimento para seus clientes. Muito se discutia, desde 2001 até os dias atuais, sobre a oportunidade e o possível crescimento econômico do grupo.

A articulação e a coordenação dos países do BRIC foram pressionadas pela Rússia e pelo Brasil. O declínio hegemônico americano abriu espaço para a ascensão dos países do BRICS, que enxergaram uma possibilidade de influenciar o debate do sistema internacional. A idéia de que numa ordem internacional multipolar as alianças entre os países prevalecem foi captada pelos BRICS. O grupo é coordenado para se contrapor ao peso do G8 e poder influenciar as decisões nas instituições internacionais, tornando-se países imprescindíveis para a governança global. Esse é o objetivo percebido a partir das declarações oficiais das Cúpulas. Mesmo com muitos interesses diversos e conflitantes, a exemplo da disputa de território entre China e Índia, o grupo tem propostas de políticas comuns que visam o mesmo objetivo: se inserirem no sistema internacional. A articulação e o desenvolvimento conjunto de políticas eficazes são fundamentais para que Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul sejam um contrapeso aos países desenvolvidos. Com exceção da China e talvez da Rússia (devido aos

arsenais nucleares), os outros países talvez só consigam influenciar as decisões internacionais por meio dos BRICS.

Como potências emergentes, os países do BRICS buscam a inserção internacional através de um mecanismo político-diplomático. Todas as Cúpulas tiveram temas relacionados aos atuais desafios da governança global. A primeira Cúpula, realizada em 2009, ocorreu sob os impactos da crise econômica de 2008. Com a crise os países desenvolvidos da Europa e os EUA se tornaram mais vulneráveis e houve um declínio de poder econômico. Tinha-se a visão de que os países mais ricos do mundo estavam passando por uma grave crise econômica que abalaria o sistema internacional. Sob esse cenário os países emergentes dos BRICS se reuniram em Ecatimburgo para o primeiro encontro oficial entre Chefes de Estado. Esses países buscavam participar ativamente do debate sobre a estabilização econômica. Para isso, desde 2008, o discurso enfatiza a necessidade das reformas nas instituições internacionais, inclusive no FMI e no Conselho de Segurança das Nações Unidas, pois segundo o BRICS, a participação dos países emergentes é fundamental para a estabilização econômica.

As reformas dessas instituições é outro tema recorrente e de grande destaque nas Cúpulas dos BRICS. Em todos os encontros formais os países afirmaram a necessidade de mudanças no FMI, Conselho de Segurança, OMC, na ONU em geral. Todas essas reformas são para incluir os países dos BRICS nos centros das decisões de governança global, a exemplo da campanha do Brasil, Índia e África do Sul por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O grupo não busca acabar ou minimizar a relevância das instituições criadas pelo modelo de Bretton Woods. Eles buscam se articular para competir nesse sistema, sob o discurso de que o século XXI passa por uma transição de poder e que isso deve ser representado nas instituições internacionais. A visão do BRICS é de que essas instituições internacionais ainda são coordenadas sob os interesses do pós II Guerra Mundial, e o século XXI não reflete mais a mesma necessidade. Para isso os países em desenvolvimento devem fazer parte de um grupo seleto que coordena a política internacional. A partir do objetivo de ser reconhecido e aceito como potências no sistema internacional, o grupo tem discutido os assuntos da nova governança global, assim como terrorismo, que é um debate chave na política internacional, e economia. Outro ponto de coordenação do grupo é a criação de um Banco de Desenvolvimento do BRICS, iniciativa que

promoveria o crescimento sustentável e o desenvolvimento internacional. Foram feitos estudos e projetos entre os Ministros das Finanças dos países do BRICS, que afirmaram ser um projeto viável e possível, o qual ajudaria os países do próprio BRICS como outros emergentes, e também os países mais pobres. No entanto, não há nada de concreto nesse projeto.

Além da estabilidade econômica e as reformas das instituições internacionais, o debate sobre desenvolvimento sustentável, meio ambiente e cooperação internacional também são temas recorrentes nas Cúpulas dos BRICS. Muito se falou, nas cinco Cúpulas, da importância do G20, grupo do qual os países do BRICS fazem parte, para a superação da crise e a estabilidade econômica. Por esse discurso nota-se que Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul destacam sua participação ao lado de países desenvolvidos para a recuperação da economia mundial. No discurso dos BRICS o desenvolvimento sustentável é uma alternativa para o crescimento econômico, o combate a pobreza, desigualdade e exclusão social.

Através da articulação e promoção dos debates voltados para temas que representam a atualidade política internacional: crise econômica, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, cooperação internacional, os BRICS tentam ganhar espaço e influência no cenário internacional. Apesar disso, o grupo ainda não consegue definir políticas alinhadas para realizar os objetivos a que se propõe. Porém isso não reduz a capacidade político-diplomática que o grupo representa. Os países do BRICS não representam um bloco econômico, mas um grupo que busca alinhar seus interesses para o debate do século XXI. Representam um fórum de discussão, para que através dele, consigam um papel de maior relevância nas relações internacionais.

## Conclusão

A crise hegemônica gerou um vácuo de poder na política internacional, pois houve a perda de legitimidade no *soft power* e na centralidade econômica. Esse vácuo permitiu que novas potências se emergissem no cenário internacional, como é o caso do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Os cinco emergentes compartilham do mesmo interesse: ocupar uma posição de destaque no cenário internacional.

Em 2008, Brasil, Rússia, Índia e China começam a se articular através do BRICs e posteriormente a África do Sul. A coordenação e articulação dos debates do BRICS são centradas nos novos temas de governança global, segurança internacional e economia. Por meio do BRICS, os cinco países buscam ocupar lugar deixado pelo vácuo de poder, causado pela crise hegemônica. Ocupar essa posição seria influenciar diretamente as principais decisões nas instituições internacionais e na política internacional, a exemplo, a busca pelo assento permanente no Conselho de Segurança pelo Brasil, Índia e África do Sul. Para isso o grupo discute temas da atual governança, como a crise econômica e o desenvolvimento sustentável, sempre embasado no discurso de que os paradigmas da governança global do século XXI mudaram e por isso os países emergentes precisam estar incluídos nas decisões internacionais.

Embora haja diversos conflitos de interesse entre os países do BRICS, o grupo se tornou um mecanismo político diplomático, onde o interesse primordial dos países (ocupar uma posição de destaque no cenário internacional) é o principal motivo desse alinhamento. No plano político, os países se aproximam na coordenação de interesses, a exemplo da reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança, do combate ao terrorismo internacional, do desenvolvimento sustentável, da erradicação da pobreza e do avanço das metas para o desenvolvimento. E, como visto, tem-se avançado o discurso sobre eles no decorrer das cinco Cúpulas.

No entanto, o BRICS tem dificuldades em realizar políticas compatíveis com os reais objetivos propostos pelos países. Por exemplo, apesar de pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança, o Brasil não apresentou uma proposição clara e efetiva para resolução dos conflitos da Síria, a transição de poder nos Emirados Árabes Unidos ou as reformas políticas da Arábia Saudita<sup>41</sup>. Além da usual retórica diplomática, o BRICS também foi incapaz de coordenar de maneira harmônica proposições para esses acontecimentos.

De fato, o BRICS se apresenta como um mecanismo político diplomático, porém não com a mesma ambição declarada. Ainda falta a execução dos planos do discurso diplomático presente em todas as Cúpulas. A falta de ações e propostas claras e efetivas

---

<sup>41</sup> RAMALHO, Antonio Jorge. "O Brasil, os BRICS e a agenda internacional: ceticismo, intersecções e oportunidades" in "O Brasil e os BRICS". Brasília: FUNAG, 2012.

para os conflitos oriundos da Primavera Árabe, sobre o terrorismo internacional e sobre a fiscalização financeira, demonstra a fragilidade e dificuldade da execução dos compromissos do BRICS. Ao contrário do que acontece na política econômica interna da China, como a desvalorização cambial, o BRICS defende a maior regulação dos mercados financeiros. Fato que torna controversa a política do grupo em relação à ação chinesa. O BRICS atua como um mecanismo político diplomático nessa fase de transição de poder no século XXI. Porém, é ingenuidade encarar o grupo como potências concorrentes da nova ordem internacional. Com exceção da forte economia chinesa e do poder militar da Rússia, não é possível enxergar o Brasil, Índia e África do Sul além de potências emergentes.

## Referências bibliográficas

Avaliação do ex-chanceler Antonio Patriota sobre a reunião dos BRICS em Sanya. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=Wrvxa-IeBJ0> Acesso em 15/10/2013.

BRICs Foreign Ministers' Meeting - Yecaterinburg, May 16, 2008 – Joint Communiqué. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2008/05/16/brics-foreign-ministers-meeting-yecaterinburg-may/?searchterm=BRICS> Acesso em 27/08/2013.

BRICS Policy Center. Artigo: V Cúpula do BRICS Durban. Disponível em: <http://bricspolicycenter.org/homolog/arquivos/vcupulabrics.pdf> Acesso em 01/11/2013.

COZENDY, Carlos M. “BRIC a BRICS em um mundo em transição” in “O Brasil e os BRICS” Brasília: FUNAG, 2012.

Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo dos BRICs – Ecaterimburgo, 16 de junho de 2009 – Declaração Conjunta. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2009/06/17/cupula-dos-chefes-de-estado-e-de-governo-dos-brics> Acesso em 01/09/2013.

Eventos no âmbito dos BRICS – de 2006 a 2013. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/eventos-bric-2006-a-2010/?searchterm=BRICS> Acesso em 13/09/2013.

Fourth BRICS Summit: Delhi Declaration. University of Toronto. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/120329-delhi-declaration.html> Acesso em 13/09/2013.

HENDLER, Bruno. “Potências emergentes e hegemonias em crise: uma análise das relações causais no passado e possíveis analogias com o presente.” Disponível em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100037&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000100037&script=sci_arttext) Acesso em 10/11/2013.

NYE, Joseph S. “The Future of Power”. 2011.

NYE, Joseph S. “The Twenty-First Century Will Not Be a “Post-American” World”. Harvard University, 2012.

O'NEILL, Jim. Building Better Global Economic BRICs. Goldman Sachs, 2001. Disponível em: <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf> Acesso em 20/06/2013.

RAMALHO, Antonio Jorge. “O Brasil, os BRICS e a agenda internacional: ceticismo, intersecções e oportunidades” in “O Brasil e os BRICS”. Brasília: FUNAG, 2012.

REIS, Maria Edileuza F. “BRICS: surgimento e evolução“ in “O Brasil e os BRICS” Brasília: FUNAG, 2012.

SATO, Eiiti. “A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções”. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003473292000000100007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292000000100007&lng=pt&nrm=iso) Acesso em 10/11/2013.

SILVA, Carlos Eduardo L. “BRICS: de acrônimo esperto a fórum influente” in “O Brasil e os BRICS” Brasília: FUNAG, 2012.

II Cúpula BRIC – Brasília, 16 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2010/04/13/ii-cupula-bric-brasilia-16-de-abril-de-2010/?searchterm=BRIC> Acesso em 13/10/2013.

2nd BRIC Summit of Heads of State and Government: Joint Statement. University of Toronto. Disponível em: <http://www.brics.utoronto.ca/docs/100415-leaders.html> Acesso em 01/09/2013.

III Cúpula dos BRICS – Sanya, 14 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/iii-cupula-do-brics-sanya-14-de-abril-de-2011/?searchterm=BRICS> Acesso em 01/09/2013.

V Cúpula do BRICS - Durban, 27 de março de 2013 - BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização - Declaração de e-Thekwini. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013-declaracao-de-ethekwin> Acesso em 01/11/2013.

Anexo: tabelas com os temas e as discussões de cada Cúpula do BRICS.

### I Cúpula - 2009

Tema	Propostas/objetivos
Economia	- G20: mecanismo para lidar com a crise financeira
Comércio Internacional	- Cooperação para o comércio internacional e investimentos estrangeiros como alternativas para recuperação da economia mundial.
Reforma das Instituições Internacionais	- Países em desenvolvimento devem ter maior participação nas Instituições Internacionais - Necessidade de reforma geral na ONU - Brasil e Índia devem desempenhar um papel mais relevante nas Nações Unidas
Segurança Internacional	- O terrorismo é uma grande ameaça a segurança internacional
Desenvolvimento Sustentável	- Implementar o conceito de desenvolvimento sustentável - Respeito aos acordos multilaterais sobre meio-ambiente
Cooperação Internacional	- Cooperação social - Cooperação em ciência e tecnologia para desenvolvimento de tecnologia avançada

### II Cúpula – 2010

Tema	Propostas/objetivos
Economia	- Cooperação macroeconomia entre os Estados - Estabilidade das políticas fiscais - G20: principal agrupamento de coordenação econômica mundial
Reforma das Instituições Internacionais	- Reforma do Banco Mundial e FMI - Reforma geral da ONU
Segurança Internacional	- Repúdio ao terrorismo - Apoio a Convenção Global da ONU sobre terrorismo
Desenvolvimento	- Ajuda dos países desenvolvidos aos países mais afetados pela crise econômica - Alcançar os objetivos do milênio - Combater a pobreza, exclusão social e desigualdade no mundo - Reconstrução do Haiti
Cooperação internacional	- Cooperação em agricultura - Cooperação energética - Cooperação técnica financeira

Comércio Internacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cooperação intra BRICs para facilitar o comércio e os investimentos</li> <li>- Importância da OMC</li> <li>- Condenaram o protecionismo</li> <li>- Apoiaram a candidatura da Rússia à OMC</li> </ul>
Energia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento de energia renovável</li> </ul>

### III Cúpula

Temas	Propostas/objetivos
Economia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenação da política macroeconômica</li> <li>- G20: principal fórum para a coordenação econômica internacional e para a governança global</li> <li>- BRICS: contribuem para o crescimento econômico mundial</li> </ul>
Reforma das Instituições Internacionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- FMI</li> <li>- Sistema monetário internacional</li> <li>- CSNU</li> </ul>
Segurança Internacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Repúdio ao terrorismo</li> <li>- Discussão sobre a situação na Líbia</li> <li>- Energia nuclear para fins pacíficos</li> </ul>
Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alcançar as Metas do Milênio</li> <li>- Cooperação intra BRICS para o desenvolvimento comum</li> </ul>
Cooperação Internacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cooperação em meio ambiente</li> <li>- Cooperação econômica</li> <li>- Cooperação política e social</li> <li>- Cooperação entre consumidores e produtores de commodities</li> </ul>
Energia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento de energia renovável e biocombustíveis</li> </ul>
Comércio Internacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apoiaram o ingresso da Rússia na OMC</li> </ul>

### IV Cúpula

Tema	Propostas/objetivos
Economia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- G20: grupo com papel central de coordenação das políticas macroeconômicas</li> <li>- Regulamentação aperfeiçoada dos mercados de produtos base</li> <li>- Financiamento do desenvolvimento e</li> </ul>

	redução dos empréstimos para os países emergentes
Reforma das Instituições Internacionais	- Conselho de Segurança - Banco Mundial - FMI
Segurança Internacional	- Oriente Médio, Norte da África e Síria - Maior envolvimento do CSNU no conflito árabe-israelense - Programa Nuclear Iraniano para fins pacíficos - Afeganistão
Cooperação Internacional	- Evolução de uma cooperação Norte-Sul para uma cooperação igualitária
Desenvolvimento	- Criação do Banco do Desenvolvimento dos BRICS
Comércio Internacional	- Adesão da Rússia a OMC - Intensificação do fluxo de comércio e investimento intra BRICS

#### V Cúpula

Tema	Propostas/objetivo
Economia	- Afirmação do G20 como mecanismo fundamental para garantir o desenvolvimento sustentável - Evitar a volatilidade dos fluxos de capital, câmbio e produtos base
Reforma das Instituições Internacionais	- Reforma no CSNU, FMI e Sistema Monetário Internacional
Segurança Internacional	- Condenação do terrorismo - Preocupação com os conflitos na Síria, Afeganistão, República Democrática do Congo, República Centro-Africana.
Cooperação Internacional	- Cooperação do BRICS com os países da África - Cooperação entre o CSNU e União Africana
Desenvolvimento	- Realização da Rio+20 no Brasil - Realização da Conferência das Partes da Convenção sobre diversidade biológica na Índia - Alcançar os objetivos do milênio
Comércio Internacional	- Trabalhar para a conclusão da Rodada de Doha - Novo diretor-geral para a OMC

